

**CEPE**

COMPANHIA EDITORA DE  
**PERNAMBUCO**

**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS E GOVERNANÇA  
CORPORATIVA - 2018**

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2018.

<b>IDENTIFICAÇÃO GERAL</b>	
<b>CNPJ</b>	10.921.252/0001-07
<b>Inscrição Estadual</b>	0022408-15
<b>Sede</b>	Recife/Pernambuco
<b>Tipo de Estatal</b>	Sociedade de Economia Mista
<b>Acionista Controlador</b>	Governo do Estado de Pernambuco
<b>Tipo Societário</b>	Sociedade anônima
<b>Tipo de Capital</b>	Fechado
<b>Abrangência de atuação</b>	Estadual
<b>Setor de atuação</b>	Editorial e Gráfico
<b>Diretor Administrativo e Financeiro</b>	Bráulio Mendonça Meneses
<b>Auditor Independente atuais da empresa</b>	MS – Auditores Independentes S/S Responsável Técnico: André Luiz de Melo Albuquerque Machado (81) 98356-6706 <a href="mailto:andre.luiz@btpe.com.br">andre.luiz@btpe.com.br</a>
<b>Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas</b>	Nilton da Mota Silveira Filho - CPF: 440.339.154-00 Luiz Ricardo Leite De Castro Leitão – CPF: 046.829.124-53 Silvia Maria Cordeiro - CPF: 114.416.234-34 Silenio Souza Guedes – CPF: 519.713.564-68 João Urbano Bezerra Suassuna - CPF: 061.708.834-99
<b>Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa</b>	<b>Luiz Ricardo Leite De Castro Leitão</b> CPF: 046.829.124-53 Diretor-Presidente <b>Bráulio Mendonça Meneses</b> CPF: 055.312.684-91 Diretor Administrativo e Financeiro <b>Edson Ricardo Teixeira De Melo</b> CPF: 229.941.306-53 Diretor de Edição e Produção

Data de divulgação: 01/07/2019

## **SUMÁRIO**

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA.....</b>	<b>4</b>
<b>1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>4</b>
<b>2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>7</b>
<b>4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>9</b>
<b>5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIROS DECORRENTES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>11</b>
<b>6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....</b>	<b>12</b>
<b>7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>13</b>
<b>8. FATORES DE RISCO.....</b>	<b>15</b>
<b>9. REMUNERAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>10. CONCLUSÃO.....</b>	<b>17</b>

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, subscrita pelo Conselho de Administração, destina-se à sociedade e reúne as principais informações relativas às práticas de políticas públicas e de governança corporativa adotadas pela empresa, conforme detalhamento nos tópicos seguintes.

### **1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

A CEPE presta serviços de edição e publicação do Diário Oficial do Estado, de gestão e guarda documental e de digitalização de documentos do mercado público e privado. Além disso, ainda presta serviços gráficos no geral e realiza certificação digital, voltada para a comprovação da autenticidade de dados. Sua atuação abrange o Estado de Pernambuco, por meio da sua sede situada na capital.

Em 2018, a composição acionária da CEPE era a seguinte:

<b>ACIONISTA</b>	<b>AÇÕES ORDINÁRIAS</b>	<b>AÇÕES PREFERENCIAIS</b>	<b>PARTICIPAÇÃO TOTAL</b>
Governo do Estado de Pernambuco	100%	99,994%	99,994%
Pessoas Jurídicas	0%	0%	0%
Pessoas Físicas	0%	0,006%	0,006%

Ao final do exercício, foi apurado um resultado líquido de R\$ -5,96 milhões; as receitas brutas provenientes dos segmentos de atuação da Companhia totalizaram um montante de R\$ 46,7 milhões, distribuídos da seguinte forma:

<b>SEGMENTO</b>	<b>VALOR EM 31/12/2018</b>	<b>PARTICIPAÇÃO</b>
Diário Oficial/Jornal	R\$ 31,6 milhões	67,64%
Digitalização	R\$ 13,1 milhões	28,16%
Serviços Gráficos	R\$ 1,3 milhão	2,88%
Outros <sup>1</sup>	R\$ 620,7 mil	1,33%

<sup>1</sup> Aqui, contemplados serviços de: editora, revista e certificação digital.

## **2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS**

Nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, art. 8º, § 1º, o interesse público da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, respeitadas as razões que motivam a autorização legislativa da sua criação, manifesta-se por meio do alinhamento entre seus objetivos e aqueles de políticas públicas, na forma explicitada nesta Carta Anual - subscrita pelo Conselho de Administração.

A CEPE é uma sociedade de economia mista, organizada sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Casa Civil. Sua constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.065 de 1967, com o principal objetivo de publicar e divulgar atos oficiais de interesse público. Serviços nesse sentido já eram realizados desde 1924, por meio do Diário do Estado e da Repartição de Publicações Oficiais.

### **Missão:**

Publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania.

### **Visão:**

Ser referência regional no mercado editorial, gráfico, de gestão documental e digital até 2022.

### **Valores:**

- Qualidade;
- Agilidade;
- Transparência;
- Memória;
- Valorização das pessoas;
- Comprometimento;
- Ética;
- Segurança da informação.

Hoje, apesar de a publicação do Diário Oficial do Estado ainda ser a principal atividade realizada, tanto em termos de demanda quanto de faturamento, a CEPE presta vários outros serviços, como: digitalização e guarda de documentos, certificação digital, serviços gráficos, edição e publicação da Revista Continente e do Suplemento Pernambuco.

A preservação da memória e dos valores pernambucanos é imprescindível para a construção da história do Estado. A sociedade necessita ter acesso a documentos relevantes, principalmente no que se refere ao Poder Público; isso contribui para o fortalecimento do controle social. Além disso, o fortalecimento deste controle proporciona o *accountability*, já que o mesmo é composto de três dimensões - informação, justificação e punição. A primeira, proporcionada também pelos serviços prestados pela CEPE, viabiliza a prestação de contas pelos Poderes, demonstrando consciência da correta utilização dos recursos públicos.

Outro aspecto social identificado dos benefícios gerados pelas atividades prestadas pela Companhia é a modernização do setor público, no que se refere à gestão documental. Ter documentos estratégicos arquivados de modo sistêmico em meio digital é mais seguro e otimiza a consulta aos mesmos; é uma tendência percebida no cenário nacional que, nos últimos anos, deixou de ser uma opção e passou a ser uma necessidade. Outro benefício percebido pela digitalização é a possibilidade de realizar análises mais assertivas e gerenciamento mais eficiente dos dados e informações.

Em suma, percebe-se que dar publicidade e preservar as informações oficiais do poder público contribui para o fomento da cidadania e manutenção da memória da imprensa pernambucana. Desse modo, é possível afirmar que a CEPE figura como um elo entre o Governo e a população do Estado de Pernambuco.

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Companhia Editora de Pernambuco - CEPE possui papel de extrema importância no incentivo e na promoção da transparência e do acesso à informação pela sociedade. O seu objetivo social é representado por meio de missão institucional definida que é a de “publicar os atos oficiais e matérias legais, fazer a gestão documental, serviços gráficos e editoriais com excelência e segurança, fomentando a cultura e a comunicação como contribuição à cidadania”.

Essa missão é diretamente relacionada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Pernambuco 2035, elaborado pelo Governo do Estado, que traz Pernambuco como o terceiro estado com maior transparência do Brasil. Ainda, definiu-se como meta para o ano de 2035, posicionar o estado como líder nacional em governos abertos, ampliando e promovendo cada vez mais a transparência nas instituições do setor público.

No Estatuto Social da Companhia, no art. 3º, constam as finalidades específicas da Companhia Editora de Pernambuco, que são:

- I. Impressão, distribuição e comercialização dos jornais oficiais deste Estado, de artigos escolares e de escritório, de livros, inclusive didáticos, revistas, especialmente culturais, e demais publicações oficiais e particulares
- II. Industrialização e comércio de artefatos de papel;
- III. Serviços de clipagem;
- IV. Processamento e digitalização de imagens;
- V. Gestão documental e guarda de documentos;
- VI. Atuar como concessionária de serviços de telecomunicação e de mídia, através de todos os meios de veiculação existentes ou que venham a ser criados;
- VII. Armazenamento, controle, distribuição e comunicação pela rede de informações internet ou através de outras tecnologias futuras, sempre com vistas a promover, incentivar e divulgar a educação, esportes, cultura e a arte, notadamente quando vinculadas ou oriundas do Estado de Pernambuco
- VIII. Por delegação, recolher e preservar documentação permanente referente às informações de ações governamentais e de suas interações com a Sociedade.

A fim de continuar alinhada ao interesse público e manter o comprometimento com a segurança e qualidade na prestação dos serviços, bem como para consecução do objeto social e de suas finalidades acima listadas, poderá a CEPE utilizar seus recursos próprios ou habilitar-se perante os órgãos competentes. Isso deverá ser realizado por meio das Leis de Incentivo à Cultura nos âmbitos federal, estadual e municipal ou por meio do aporte de recursos oriundos do tesouro estadual, mediante o aumento do Capital Social. Assim, por meio de investimentos com recursos próprios, a Companhia apoia diversos eventos e concursos voltados para o âmbito literário, bem como realiza várias ações de cunho social, afim de promover e fomentar a cultura e a cidadania.

Durante o exercício de 2018, foram realizadas diversas iniciativas nesse sentido,

como:

- Doação de quase 700 títulos (livros editados pela CEPE) e 230 Revistas Continente a várias instituições e projetos de incentivo à leitura, como: a Biblioteca JBS – Partido Socialista Brasileiro em PE, Biblioteca da Embaixada da República do Cabo Verde, Biblioteca Municipal Comunitária Severina Maria da Conceição Almeida (no município de Lagoa do Itaenga), Projeto “Outras Palavras” da FUNDARPE, Projeto “Remição” pela leitura (da Secretaria Executiva de Ressocialização – Biblioteca Penitenciária de Tacaimbó), dentre outras.
- Doação de 460 cartilhas para colorir para projetos como o “Cartas de Natal” dos Correios.

Na Lei Orçamentária Anual – LOA 2018, a CEPE aparece vinculada ao Programa abaixo demonstrado, com as três atividades explicitadas e com o objetivo de divulgar os atos oficiais dos poderes executivo e legislativo estaduais, bem como publicações particulares de natureza legal e fornecer serviços gráficos em geral, aos setores público e privado:

1. Programa 0026 – Serviços editoriais e gráficos para o Estado:

a) Atividade 2074 – Digitalização, gestão e guarda de documentos;

- Finalidade: digitalizar, gerir e guardar documentos intermediários do poder público estadual, em virtude da Lei Estadual nº 15.529/15;

b) Atividade 3397 – Produção de serviço gráfico:

- Finalidade: suprir o Estado de serviços gráficos;

c) Atividade 3399 – Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet:

- Finalidade: divulgar as leis e demais atos resultantes do processo legislativo previsto na Constituição do Estado; dos atos oficiais dos poderes do Estado, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e as publicações particulares decorrentes de disposições legais via mídia eletrônica.

Em tópicos a seguir, serão demonstrados os valores previstos e realizados para as atividades acima discriminadas.



#### **4. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDEM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Lei Orçamentária Anual – LOA, prevista no art. 165 da Constituição Federal, é o instrumento de planejamento que estabelece os orçamentos fiscal, de investimento das empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital votante, e o orçamento da seguridade social.

Na LOA 2018 do governo do Estado de Pernambuco, constam dotações orçamentárias previstas para cada uma das atividades que a CEPE é responsável, conforme detalhamento:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos</b>	R\$ 1.000.000,00
<b>3397 - Produção de serviço gráfico</b>	R\$ 500.000,00
<b>3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet</b>	R\$ 500.000,00

O total de R\$ 2.000.000,00 é a dotação autorizada na LOA para consecução das três atividades indicadas do Programa 0026. É importante destacar que esses valores são todos da fonte 0241 - recursos financeiros exclusivamente próprios da entidade, ou seja, fruto de esforços próprios da Companhia.

Para o exercício de 2019, os valores previstos na LOA para as ações de responsabilidade da CEPE, da mesma forma que em 2018, são todos da fonte 0241. Seguem abaixo:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos</b>	R\$ 1.000.000,00
<b>3397 - Produção de serviço gráfico</b>	R\$ 500.000,00
<b>3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet</b>	R\$ 500.000,00

Com relação à estratégia da Companhia, no seu Plano Estratégico, constam 13 objetivos estratégicos a serem alcançados; cada um desses é vinculado a uma das perspectivas do Mapa da Estratégia da CEPE. São eles:

- Contribuir com a transparência da gestão pública e o controle social;
- Melhorar o atendimento ao cliente;
- Garantir a sustentabilidade da CEPE;
- Ampliar e fortalecer a gestão documental;
- Ampliar a produção, garantindo a qualidade dos serviços gráficos;
- Fortalecer a Editora e consolidar-se no mercado digital;
- Otimizar as ações do marketing e fortalecer a imagem institucional da CEPE;
- Garantir a política de TIC como foco estratégico;
- Intensificar ações comerciais para ampliar e fidelizar clientes;
- Promover a capacitação e o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores (Capacita

CEPE);

- Ampliar a integração e a comunicação interna (Integra CEPE);
- Implementar a cultura de planejamento e gestão para resultados (Planeja CEPE).

Todos os objetivos definidos, de certa forma, relacionam-se às políticas públicas para as quais a CEPE contribui – especialmente, o primeiro e o quarto objetivos.

## **5. RECURSOS PARA CUSTEIO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE-CORRENTE DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A CEPE viabiliza a consecução das ações das políticas públicas do Governo Estadual relacionadas à promoção da transparência, principalmente, por meio da publicação do Diário Oficial do Estado (que é a mais relevante fonte de receita). Além disso, por meio das iniciativas de cunho social, busca promover de forma contínua o incentivo à leitura e o fomento da cultura e da cidadania.

Em 2018, várias ações foram realizadas em prol de realizar a missão da Companhia e levar serviços com cada vez mais qualidade para a população pernambucana. Desse modo, seguem abaixo os valores realizados para cada atividade prevista na LOA, cujo desempenho foi superior ao realizado em 2017 nas duas ações com despesa realizada:

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>DESPESA REALIZADA</b>
<b>2074 - Digitalização, gestão e guarda de documentos</b>	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00
<b>3397 - Produção de serviço gráfico</b>	R\$ 500.000,00	R\$ 84.568,00
<b>3399 - Divulgação do Diário Oficial Eletrônico – via internet</b>	R\$ 500.000,00	R\$ 506.689,00

A fim de aprimorar o monitoramento do desempenho da CEPE, no final do primeiro semestre de 2018, foram estabelecidos cinco indicadores estratégicos (faturamento bruto, acessos ao Diário Oficial, custo de manutenção operacional, índice de satisfação dos clientes e produtividade de digitalização).

## **6. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES**

O ano de 2018 para todos os cidadãos e integrantes de organizações públicas foi um período de sobressaltos. Os problemas político-econômicos do país que se apresentaram em anos anteriores, repetiram-se no ano análise, porém, agravados com as incertezas do período eleitoral no âmbito estadual e federal. Diante disso, o quadro da saúde financeira de algumas empresas brasileiras e da própria Companhia Editora de Pernambuco não demonstraram melhoras significativas.

Neste ano, a CEPE não conseguiu alcançar um ponto de equilíbrio nos resultados operacionais. O primeiro fato gerador do desequilíbrio foram as receitas que não tiveram a obtenção de ganhos necessários para acompanhar o que foi planejado. Ocorreu uma redução de R\$ 250,5 mil nas receitas brutas em comparação ao ano de 2017, quando, na verdade, estava previsto um incremento de 4%, conforme metas estabelecidas no Plano de Negócios 2018. Esse decréscimo no faturamento bruto pode ser atribuído pelo baixo faturamento de dois serviços que estávamos com expectativa de expansão, que seriam os serviços gráficos e o serviço de certificação digital que é algo pioneiro na empresa. Além disso, foi verificada uma redução considerável no principal segmento de atuação da CEPE – as publicações no Diário Oficial (houve uma redução de mais de R\$ 2 milhões em comparação com o ano anterior).

Outro episódio que não permitiu um resultado positivo no exercício 2018 foi a elevação nas despesas operacionais que passou em 2017 de R\$ 23,9 milhões para R\$ 27,4 milhões, com ênfase nas despesas administrativas, nos itens de Serviços Prestados por Pessoa Jurídica, Serviços Prestados por Pessoa Física e Anúncios e Publicações. O resultado líquido da CEPE apresentou um valor negativo de R\$ 5.963.580,33, cujo desempenho foi menos satisfatório que do exercício de 2017 (onde o resultado líquido foi de R\$ 303,9 mil).

No âmbito operacional, a separação ocorrida entre a Revista Continente e o Suplemento Pernambuco, passando a ser dois produtos distintos, voltados para públicos diferentes não trouxe uma melhoria financeira que se esperava, no curto prazo.

## **7. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE CONTROLES INTERNOS**

Durante o exercício de 2018, foram realizadas diversas iniciativas voltadas para adequação às exigências da Lei Federal nº 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Várias dessas ações foram direcionadas para o aprimoramento da governança corporativa, bem como para a gestão de controles internos da CEPE.

Dentre as várias alterações realizadas, pode-se citar a revisão do Estatuto Social da Companhia, devidamente aprovado em Assembleia Geral, a fim de contemplar os novos órgãos e novas atribuições trazidas com a Lei. Foram elaboradas ainda as Políticas de: divulgação de informações, distribuição de dividendos e transações com partes relacionadas.

Outro marco a ser destacado deste exercício foi a elaboração das primeiras versões da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa e do Relatório de Sustentabilidade. Ambos os documentos representam ferramentas de gestão e transparência para a CEPE, a partir do momento que abordam dados e informações relevantes da Companhia de vários aspectos (financeiros, econômicos, sociais, ambientais, corporativos, etc.). Da mesma forma, destaca-se ainda a elaboração pioneira para a história da CEPE do seu Código de Conduta e Integridade; esse, por sua vez, consolida e apresenta as principais obrigações e os principais deveres da Companhia para com suas partes relacionadas.

No ano passado, em parceria com a SEPLAG, a CEPE elaborou o Plano Estratégico, contemplando o estabelecimento de objetivos e indicadores estratégicos, a elaboração do Mapa da Estratégia e a definição de iniciativas estratégicas a serem realizadas. Em continuidade a isso, bem como para atender à exigência preconizada na Lei das Estatais, a CEPE elaborou e publicou o seu Plano de Negócios para 2018 e a sua Estratégia de Longo Prazo 2018-2022. Esse documento representa importante ferramenta de gestão, a ser utilizada também como suporte no processo decisório da Alta Gestão da Empresa. Em 2019, será feito um relatório analisando o desempenho da CEPE durante 2018 no alcance das metas definidas para os indicadores estratégicos prioritários.

Ainda com relação à gestão dos controles internos, foram elaborados ainda os Regimentos do Comitê de Ética, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Instituiu-se ainda o SCI – Setorial de Controle Interno, em dezembro do ano em análise; este órgão, vinculado diretamente à Presidência, tem como atribuições, descritas no Estatuto Social, de atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria para adicionar valor e melhorar as operações da organização, auxiliando a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos e de controles internos.

A Ouvidoria da CEPE, em 2018, continuou exercendo as suas atribuições, voltada para ser o canal entre a Companhia e a sociedade, recebendo, registrando e direcionando o tratamento de reclamações, sugestões, críticas e/ou elogios.

No exercício em análise, a estrutura de governança corporativa vigente foi composta por: Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Auditoria Externa, Presidência, Diretoria Administrativa e Financeira e Diretoria de Produção e Edição. Como

apoio, diretamente vinculados à Presidência, existem também 7 órgãos, que são eles: Gabinete (dividido em Chefia de Gabinete e Assessoria de Gabinete), Coordenação de Planejamento Institucional, Setorial de Controle Interno, Ouvidoria, Coordenação de Contratos e Convênios, Assessoria de Comunicação Social e a Comissão de Licitação.

**Contatos:**

**Ouvidoria:**

- Telefones para contato: (81) 3183.2736 e 0800-0811201;
- E-mail: [ouvidoria@cepe.com.br](mailto:ouvidoria@cepe.com.br);
- Formulário eletrônico: link no [site da CEPE](#).

**Página da LAI (Lei de Acesso à Informação):**

- Pelo [site da CEPE](#);
- Pela [página da LAI](#).



## **8. FATORES DE RISCO**

Em uma definição mais contextualizada ao mundo dos negócios, pode-se identificar “risco” como qualquer acontecimento que possa afetar o alcance dos objetivos estratégicos corporativos. Assim, a partir do momento que se tem traçado na estratégia da organização os objetivos pretendidos para curto, médio e longo prazos, mostra-se ser importante realizar o mapeamento e o acompanhamento de potenciais riscos do negócio.

Com relação à análise de risco corporativo, a CEPE está amadurecendo o processo dentro da área de governança corporativa para se adequar a esta nova perspectiva gerencial. Trata-se de um tema relativamente recente no contexto público, cuja discussão foi intensificada com o advento da Lei das Estatais (a Lei Federal nº 13.303/2016), e que exige um desenvolvimento de controles internos na organização. Esse trabalho iniciou-se na Companhia Editora de Pernambuco em meados de 2018 e deverá ser amadurecido durante 2019. No entanto, já é identificado pela CEPE que o mercado editorial no Brasil e no mundo vem passando por transformações cada vez mais rápidas.

No segmento editorial, especificamente, a partir da transformação digital advinda da internet e rede sociais, a sociedade passou a ter mais um canal e espaço para produzir seu próprio conteúdo; isso faz com que, no médio prazo, haja um descolamento quase que completo da dependência do autor por uma editora para produzir e materializar sua obra. A publicação física tem passado a ser consumida de forma digital e isso já pode ser identificado como um risco relevante que se pode destacar dentro do modelo de negócio da CEPE.

Além disso, é possível identificar outras tendências que deverão eclodir em um futuro bem próximo, como: publicação para nichos de mercado, com especialização de conteúdo; novas formas de consumir conteúdo, utilizando-se de mídias (áudio, como *podcasts*) e internet; crescimento do *e-commerce*.

Neste contexto, a gestão da CEPE reconhece uma necessidade de continuar preparada para acompanhar a evolução do mercado editorial; no entanto, tem como desafio manter vivos os objetivos essenciais que levaram à criação da Companhia Editora de Pernambuco: fomentar a cultura e a comunicação como contribuição para a cidadania da sociedade pernambucana.

## 9. REMUNERAÇÃO

Os critérios para a remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva são definidos no Estatuto Social da CEPE, sendo desvinculados dos critérios de remuneração dos empregados, a fim de evitar possíveis conflitos de interesse.

No Estatuto vigente, constam os seguintes critérios:

- a) Conselho de Administração: será fixada pela Assembleia Geral, observados os critérios da Lei Federal nº 6.404/76;
- b) Conselho Fiscal: terão a remuneração que a Assembleia Geral fixar, que será a mínima prevista em lei;
- c) Diretoria Executiva: cada diretor perceberá uma remuneração mensal fixada pela Assembleia Geral da sociedade.

Desse modo, as remunerações mensalmente pagas aos conselheiros foram fixadas em percentuais sobre a remuneração mensal dos diretores da CEPE, sendo 15,6% para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, são demonstrados os valores hoje vigentes para cada um dos cargos citados, discriminando ainda o valor total pago em 2018:

CARGO	REMUNERAÇÃO	VALOR TOTAL PAGO - 2018
Diretor-presidente	R\$ 13.426,05	R\$ 161.112,6
Diretores	R\$ 12.659,63	R\$ 303.831,12
Conselheiros de Administração	R\$ 2.098,70	R\$ 125.922,00
Conselheiro Fiscal	R\$ 2.098,70	R\$ 75.553,20



## **10. CONCLUSÃO**

O Conselho de Administração da Companhia Editora de Pernambuco aprova esta Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, atendendo aos objetivos de governança preconizados pela Lei Federal nº 13.303/2016 e o Decreto Estadual nº 43.984/2016.

Recife, 01 de julho de 2019.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Nilton da Mota Silveira Filho**  
Presidente

**Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão**  
Vice-presidente

**Sílvia Maria Cordeiro**  
Conselheiro

**João Urbano Bezerra Suassuna**  
Conselheiro

**Sileno Souza Guedes**  
Conselheiro